

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA PAUTA EM EVIDÊNCIA**

Adriele de Souza da Silva (Assistente Social), e-mail: [adrielesilva4@gmail.com](mailto:adrielesilva4@gmail.com)

Maria Inez Barboza Marques (Orientadora), e-mail:

[maria.marques@unespar.edu.br](mailto:maria.marques@unespar.edu.br)

Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) Paranavai<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar elementos que constituem a violência doméstica e familiar contra o gênero feminino. O texto que se apresenta é resultado de pesquisa bibliográfica realizada através de diferentes fontes. As leituras críticas das fontes que subsidiaram as reflexões demonstraram a complexidade deste fenômeno, tendo em vista a estrutura aparentemente natural da dominação patriarcal.

**Palavras-chave:** Violência doméstica, Patriarcado, Feminino.

### **Introdução**

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma das formas mais comuns de exteriorização de violência contra o gênero feminino, mas, em contrapartida, é uma das mais invisíveis, pois fica restrita ao lar e aos seus moradores que por consequência da dominação patriarcal banalizam e naturalizam este fenômeno.

### **Materiais e métodos**

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa através de pesquisa bibliográfica.

### **Resultados e Discussão**

Alemany (2009) caracteriza que a violência contra as mulheres devido ao seu sexo biológico, tem múltiplas expressões, ou seja, são englobados atos que através de ameaça, coação ou força, lhes impõem, na vida privada e/ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com intuito de intimidar, punir, humilhar, atingir a integridade e a subjetiva das mulheres.

---

<sup>1</sup> Projeto Estratégico financiado com recursos da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), vinculado a Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF).

O sexismo vulgar, a pornografia, o assédio sexual no local de trabalho, também se incluem aí. Trataremos aqui das violências corporais que, como expressão de relações entre poder masculino e sexualidade, fazem parte da aprendizagem da virilidade, e são em geral legitimados socialmente. Ferindo diretamente muitas mulheres, privando-as da sua liberdade de ir e vir, do seu sentimento de segurança, da sua autoconfiança, de sua capacidade de construir relacionamentos, de seu gosto pela vida, essas violências se referem e afetam todas as mulheres que são vítimas potenciais (Hanmer, 1977), e constituem uma das formas extremas de relação entre os sexos (ALEMANY, 2009, p. 271-272).

Cisne (2014) descreve que a cultura que vivemos promove modelos conservadores de conduta consideradas “femininas” ou “masculinas” que, em grande proporção, reproduzem a desigualdade histórica entre homens e mulheres. “[...]. Isso ocorre porque é por meio da cultura que os valores, costumes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar são reproduzidos” (CISNE, 2014, p. 93).

A autora faz as seguintes indagações: De onde vem a cultura? Como ela é determinada e reproduzida? Quem a produz? Segundo a tradição marxista, a cultura possui determinações materiais em que as relações sociais estabelecidas são as bases para sua construção, em um espaço marcado pela luta de classes antagônicas. No que se referem as “relações sociais de sexo”, conforme descreve Delphy (2009a, p. 253-254 apud Cisne, 2014, 94), “a construção social dos valores, o masculino e o feminino são as criações culturais de uma sociedade fundada, entre outras hierarquias, sobre uma hierarquia de gênero”. As hierarquias e os interesses advindos desse processo devem ser criticamente desvelados para a compreensão dos valores do que idealiza como feminino e masculino.

A cultura penetrada pela ideologia que tem por objetivo atender os interesses da classe dominante, não pode ser percebida como uma abstração do real, separada das relações estruturais da sociedade que, conseqüentemente, consistiu a base de produção da ideologia. Nesse sentido, para se compreender a cultura é fundamental entender as relações materiais que produzem a ideologia. Dessa maneira, evita-se deconsiderar a cultura como algo inalterável, ao naturalizá-la ou relativizá-la.

O processo de naturalização das mulheres, começado pela descoberta do sexo genital, condiciona as mulheres a uma suposta biologia determinista da

maneira de ser e agir do feminino, tal determinação precisa ser problematizada em sua totalidade. Ainda segundo a autora, Simone de Beauvoir (1980, v. 1, p. 57 apud Cisne, 2014, p. 97) esclarece que tal argumento é ““a luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico”” (e político), ““que teremos que esclarecer os dados da biologia””. Afinal, a biologia não é suficiente para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: ““por que a mulher é o *outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana””.

De acordo com o pensamento de Beauvoir, Cisne (2014) argumenta as mulheres não nascem submissas e passivas, mas são incorporadas pela ideologia que expressa historicamente os interesses dominantes. Por esse motivo, as mulheres reproduzem o patriarcado independentemente da presença masculina e não porque gostam de ser submissas. Em suma, é um erro atribuir às mulheres a responsabilidade pela reprodução do patriarcado, ao afirmarem que são elas que educam os homens ou, até mesmo, que “gostam” da submissão imposta ou mesmo de sofrer violência. “Isso é responsabilizar o indivíduo desconsiderando seu contexto histórico e as relações sociais que o determinam, relações essas repletas de alienação” (CISNE, 2014, p. 97-98).

A autora enfatiza que nenhum ser humano consciente de sua condição social gosta de ser vítima de violência, de ser explorado e submisso. É por esse motivo que é necessário desvendar o sistema de dominação e exploração que condiciona as mulheres, ou seja, “o patriarcado, para entender as bases materiais da ideologia que naturaliza e reproduz a condição de inferioridade feminina” (CISNE, 2014, p. 98).

A apropriação da mulher, segundo Guillaumin, se dá pela *sexagem* que é a base para a análise das relações sociais de sexo. Para além das características do sistema escravo, a exploração das mulheres, de acordo com a autora, não se limita a apropriação da sua força de trabalho, existe uma apropriação física do seu corpo, da sua sexualidade, em suma, da sua vida, esse processo, a autora designa de “*sexagem*”.

As particularidades dessas relações de *sexagem* são comprovadas na

apropriação do conjunto das mulheres, assim como do corpo individual de cada uma delas são, de acordo com Guillaumin (2005, p. 26 apud Cisne, 2014, p. 104; grifos da autora):

a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) a carga física dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade, bebês, crianças, idosos ou doentes e deficientes), assim como os *membros válidos do sexo masculino*.

É perceptível nessas expressões de relações de sexagem, a sobrecarga de responsabilidade e a veemência da apropriação sobre o corpo, a vida e o tempo das mulheres. “É importante ressaltar que tais expressões não se limitam às mulheres esposas, mas, também, às mães, irmãs, filhas, tias, avós, enfim, estendem-se ao sexo feminino” (CISNE, 2014, p. 104).

O uso sexual das mulheres, por sua vez, manifesta-se por duas formas principais: por meio do contrato não monetário estabelecido no casamento, e pelo que é diretamente monetarizável, ou seja, pela prostituição. Entre uma e outra há uma significativa diferença, a apropriação física realizada pela prostituição restringe-se ao uso sexual. Já no casamento, o uso físico é estendido para todas as dimensões possíveis, não só sexual, embora a relação sexual seja central contrato matrimonial.

De acordo com o Dossiê “Violência contra Mulheres” da Agência Patrícia Galvão, entende-se a necessidade de reconhecer a violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas como inaceitável e, sobretudo, que os governos, organismos internacionais, empresas, instituições de ensino e pesquisa e a imprensa devem assumir um compromisso de não convivência com o problema. Esta é uma questão grave, que impede a realização do pleno potencial de trajetórias pessoais, vitimiza famílias inteiras marcadas pela violência e, assim, limita o desenvolvimento global da sociedade.

### **Considerações finais**

A violência doméstica e familiar contra as mulheres representa uma problemática social que acarreta consequências na vida familiar, pessoal e social da mulher e de todos aqueles que estão envolvidos na trama violenta. Porém, muitas situações de violência não são notificadas ou não são

identificadas enquanto expressão da violência de gênero, o que mascara os números reais de violência contra as mulheres.

Saffioti (2004) aponta que a violência doméstica apresenta complexidades próprias, o que a define é a relação afetiva na qual se inscreve. Ela se caracteriza como uma violência cíclica, tramada conjuntamente, ainda que não igualmente, entre os sujeitos desta relação. Isto não significa que as mulheres sejam cúmplices de seus agressores, mas por diversas situações acabam cedendo à violência. Sendo necessário o auxílio externo para que a mulher em situação de violência possa se desvincular do autor da violência.

Ainda segundo a autora, como se trata de, em sua maioria, constituir-se em uma relação afetiva, há múltiplas interdependências recíprocas, sendo que estas acabam por vincular mais fortemente as mulheres, já que essas se encontram no polo dominado da relação. A isso se soma à existência de uma pressão social muito forte para a constituição e a manutenção da sagrada família que faz com que as mulheres não denunciem seus agressores, seja para não romperem o laço familiar, ou para esconderem a relação de violência que nele existe.

## **Referências**

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena [et. al.] (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 271-275.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. – São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Após sete meses, Damares não gastou um centavo com a casa da mulher brasileira*. 2019. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/apos-sete-meses-damares-nao-gastouum-centavo-com-a-casa-da-mulher-brasileira/>. Acesso em: 20 set. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.